



# Eólica Ibirapuitã S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**



# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Conselheiros e aos acionistas da  
**Eólica Ibirapuitã S.A.**  
Florianópolis - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Ibirapuitã S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia possui prejuízo acumulado de R\$ 126.988 mil em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 11.564 mil. Esses eventos e condições, juntamente com o fato que a Companhia está em processo de renegociação de suas dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, conforme descrito na mesma nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 23 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

# Eólica Ibirapuitã S.A

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2016	31.12.2015	Passivo	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	631	493	Empréstimos e financiamentos	10	3.522	3.474
Contas a receber	6	1.895	1.542	Fornecedores	11	14.406	381
Despesas pagas antecipadamente		116	224	Provisões passivas	12	910	15.036
Impostos a recuperar	7	4.643	5.539	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	13	-	252
Outras contas a receber		-	22	Adiantamentos de clientes		8	-
				Obrigações fiscais		3	7
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>7.285</b>	<b>7.820</b>				
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.849</b>	<b>19.150</b>
Depósitos Judiciais		18	-	Empréstimos e Financiamentos	10	41.413	44.099
Fundos Vinculados	8	2.156	1.903	Fornecedores	11	5.118	-
Tributos Diferidos		-	18	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	13	1.690	1.764
Imobilizado	9	110.442	151.697	Partes Relacionadas - Despesas a reembolsar	14	2.642	589
				Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	14	171	133.179
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>112.616</b>	<b>153.618</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>51.034</b>	<b>179.631</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	15		
				Capital social		177.006	42.741
				Prejuízos acumulados		(126.988)	(80.084)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>50.018</b>	<b>(37.343)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>119.901</b>	<b>161.438</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>119.901</b>	<b>161.438</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Ibirapuitã S.A

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de reais)*

	Notas	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<u>9.739</u>	<u>9.739</u>
<b>Custo de operação</b>	17	<u>(9.025)</u>	<u>(21.036)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<u>714</u>	<u>(11.297)</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal e administradores		(869)	(175)
Material		(1)	-
Serviços de terceiros	18	(1.062)	(430)
Arrendamentos e aluguéis		(55)	(14)
Impairment	9	(33.119)	64.069
Outros		<u>(25)</u>	<u>(6)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>(34.417)</u>	<u>52.147</u>
Receitas financeiras	19	249	169
Despesas financeiras	19	<u>(12.718)</u>	<u>(2.006)</u>
		<u>(12.469)</u>	<u>(1.837)</u>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<u>(46.886)</u>	<u>50.310</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		<u>(18)</u>	<u>(18)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<u><u>(46.904)</u></u>	<u><u>50.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Ibirapuitã S.A

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de reais)*

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	(46.904)	50.292
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(46.904)</u></u>	<u><u>50.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Ibirapuitã S.A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>42.741</u>	<u>(130.376)</u>	<u>(87.635)</u>
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>50.292</u>	<u>50.292</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>42.741</u>	<u>(80.084)</u>	<u>(37.343)</u>
Integralização de capital	134.265	-	134.265
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(46.904)</u>	<u>(46.904)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><u>177.006</u></u>	<u><u>(126.988)</u></u>	<u><u>50.018</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Ibirapuitã S.A

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(46.904)	50.292
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Impairment	9	33.119	(64.069)
Custo de captação do empréstimo	10	27	27
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR		2.094	(465)
(-) Ajustes ref mudanças de estimativas - exercício anterior		(2.420)	-
Depreciação	9	6.494	2.165
Encargos Financeiros	10	4.393	1.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18	18
		<u>(3.179)</u>	<u>(10.254)</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Depósitos Judiciais		(18)	-
Impostos a recuperar		896	(937)
Despesas pagas antecipadamente		108	(224)
Contas a receber		(353)	(1.542)
Outras contas a receber		22	(22)
		<u>655</u>	<u>(2.725)</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		5.017	(5.563)
Provisões passivas		-	15.036
Adiantamento de clientes		8	-
Obrigações fiscais		(4)	(348)
		<u>5.021</u>	<u>9.125</u>
<b>Caixa provenientes das (usados nas) atividades operacionais</b>		<u>2.497</u>	<u>(3.854)</u>
Juros pagos	10	(3.740)	(3.925)
<b>Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais</b>		<u>(1.243)</u>	<u>(7.779)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao ativo imobilizado	9	(1.567)	(82.053)
Baixas do ativo imobilizado	9	3.209	-
<b>Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de investimento</b>		<u>1.642</u>	<u>(82.053)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Operações com partes relacionadas/AFAC		3.310	90.769
Pagamento empréstimos - principal	10	(3.318)	(3.238)
Fundos Vinculados		(253)	(241)
<b>Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades de financiamento</b>		<u>(261)</u>	<u>87.290</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes		138	(2.542)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		493	3.035
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>631</u>	<u>493</u>

Os efeitos não caixa estão apresentados na nota explicativa nº 24.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares reais)*

### **1 Contexto operacional**

A EOL Ibirapuitã faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I – Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16/03/2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

O Parque Ibirapuitã possui 10 MW<sup>1</sup> médios de potência instalada e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 3,3 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de março de 2014.

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em Novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG foi o novo fornecedor dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até Maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 a central eólica encontra-se em operação comercial.

### **Continuidade operacional**

Atualmente as atividades da Companhia e suas controladas estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Algumas medidas para amenizar a insuficiência de capital de giro, foram tomadas pela Administração, como renegociação do débito junto ao fornecedor WEG e solicitação de “*stand still*” de principal para os próximos 12 meses junto ao financiamento do BNDES, dentre outros pleitos que estão em processo de análise e aprovação pelo principal Banco credor. Adicionalmente, a Companhia recorreu, em

---

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

março de 2017, ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Défcits – MCSD, junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, cujo resultado está detalhado na Nota Explicativa 25 – Eventos Subsequentes – destas demonstrações financeiras.

## **2 Autorizações**

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

<b>Controlada</b>	<b>Portaria</b>	<b>Data publicação</b>	<b>Capacidade instalada</b>	<b>Prazo de duração</b>
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(\*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

## **3 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria executiva em 23 de maio de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

#### **4 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### **e. Instrumentos financeiros**

###### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

###### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber de clientes” e “fundos vinculados”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

###### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<b>Vida útil</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

**g. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser

estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**h. Imposto de renda e contribuição social correntes**

***Lucro Real***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**i. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, tampouco planeja adotar essas normas de forma antecipada.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera nenhum impacto significativo.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Contas correntes bancárias	631	132
Aplicações financeiras	-	361
	<u>631</u>	<u>493</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) em banco de primeira linha, cujos rendimentos são 100% do CDI.

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## 6 Contas a receber

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Concessionárias e permissionárias	569	6
Energia Elétrica de Curto Prazo	23	413
Provisão de venda de energia	1.303	1.123
	1.895	1.542

O saldo do Contas a receber refere-se à venda de energia referente ao Leilão A-3, conforme contratos firmados com a CCEE no ACR.

## 7 Impostos a recuperar

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Crédito de Pis	792	969
Crédito de Cofins	3.482	4.315
CSLL a recuperar	27	27
CSLL retido clientes	31	16
IR s/ Aplicação	113	113
IRRF retido clientes	35	20
IRRF come-cotas	58	-
Outros	105	79
	4.643	5.539

## 8 Fundos vinculados

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Aplicação Bradesco Referenciado DI – O&M	70	-
Aplicação Bradesco Referenciado DI – Serviço da Dívida	2.086	1.903
	2.156	1.903

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 10). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

## 9 Imobilizado

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Em serviço</b>		
Geração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.345	8.345
Máquinas e equipamentos	125.300	128.460
Intangíveis	334	334
(-) Depreciação acumulada - Edificações, obras civis e benfeitorias	(371)	(93)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	(7.732)	(1.933)
Sistema de transmissão e conexão		
Máquinas e equipamentos	12.649	12.652
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	(556)	(139)
(-) Impairment (b)	(33.119)	-
<b>Em curso</b>		
Geração		
Adiantamento a fornecedores (a)	19.987	20.033
Material em depósito	5.592	4.025
(-) Provisão para perda (a)	(19.987)	(19.987)
	110.442	151.697

### a. Adiantamento a fornecedores

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

### b. *Impairment*

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

## Principais premissas adotadas

**2016**

Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,17% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAR vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	100% da garantia física

Abaixo segue a movimentação do imobilizado em 2016:

	Saldos em 31.12.2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Provisão para perdas	Saldos em 31.12.2016
<b>Em serviço</b>						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.252	-	-	(278)	-	7.974
Máquinas e equipamentos	126.527	-	(3.160)	(5.799)	-	117.568
Intangíveis	334	-	-	-	-	334
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos	12.513	-	(3)	(417)	-	12.093
(-) Impairment (b)	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
<b>Em curso</b>						
Geração						
Adiantamento a fornecedores	20.033	-	(46)	-	-	19.987
Material em depósito	4.025	1.567	-	-	-	5.592
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	-	(19.987)
	<u>151.697</u>	<u>1.567</u>	<u>(3.209)</u>	<u>(6.494)</u>	<u>(33.119)</u>	<u>110.442</u>

**Eólica Ibirapuitã S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016

	Saldos em 31.12.2014	Aquisições	Transferências	Capitalização Encargos	Depreciação	Provisão para perdas	Saldos em 31.12.2015
<b>Em serviço</b>							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	8.345	-	(93)	-	8.252
Máquinas e equipamentos	-	-	128.460	-	(1.933)	-	126.527
Intangíveis	-	-	334	-	-	-	334
Sistema de transmissão e conexão							
Máquinas e equipamentos	-	-	12.652	-	(139)	-	12.513
(-) Impairment (b)	(64.069)	-	-	-	-	64.069	-
<b>Em curso</b>							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.286	-	(9.286)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	23.907	53.474	(77.381)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	29.585	24.877	(34.429)	-	-	-	20.033
A ratear	11.568	926	(14.776)	2.282	-	-	-
Material em depósito	-	2.817	1.208	-	-	-	4.025
Estudos e projetos	102	41	(143)	-	-	-	-
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	-	-	(19.987)
Sistema de transmissão e conexão							
Intangível	321	-	(321)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.178	233	(5.411)	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.949	(2.423)	(6.526)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	3	2.077	(2.080)	-	-	-	-
A ratear	27	-	(27)	-	-	-	-
Administração							
A ratear	584	35	(619)	-	-	-	-
	<u>5.454</u>	<u>82.057</u>	<u>-</u>	<u>2.282</u>	<u>(2.165)</u>	<u>64.069</u>	<u>151.697</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

## 10 Empréstimos e financiamentos

### a. Composição

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
BNDES – Principal	45.158	47.816
BNDES - Encargos	158	167
BNDES - Custos de captação	(381)	(410)
	<u>44.935</u>	<u>47.573</u>
Circulante	3.522	3.474
Não circulante	41.413	44.099

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Circulante</b>		
Saldo início do exercício	<u>3.474</u>	<u>3.415</u>
Transferências do não circulante	3.292	7.195
Encargos	3.787	-
Amortização do custo de captação do empréstimo	27	27
Amortizações (principal e encargos)	(7.058)	(7.163)
	<u>3.522</u>	<u>3.474</u>
<b>Não circulante</b>		
Saldo início do exercício	<u>44.099</u>	<u>47.234</u>
Encargos	606	4.060
Transferências para o circulante	(3.292)	(7.195)
	<u>41.413</u>	<u>44.099</u>
	<u>44.935</u>	<u>47.573</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui no passivo não circulante o montante de R\$ 41.413, referente a primeira e segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sendo o valor de R\$ 41.767 do BNDES, com um custo de captação de R\$ 354, atualizados com juros da TJLP + 2,18% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

### b. Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: Principal e juros - mensais a partir de Julho de 2014.

**c. Garantias**

- (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos;
- (b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas; e
- (c) Recebíveis e conta reserva;

**d. Compromisso contratual (covenant)**

O *covenant* do financiamento é exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida”  $\geq 1,3$  ao final do exercício, os quais não foram atendidos em 31 de dezembro de 2016. A Companhia solicitou waiver para o BNDES, o qual será respondido juntamente com a solicitação de renegociação da dívida.

**11 Contas a pagar de fornecedores**

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	7	-
Efacec do Brasil Ltda	-	9
Weg Equipamentos Elétricos S.A	14.176	-
Mapfre Seguros Gerais S.A	47	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A	26	120
Provisão TUST/TUSD	126	100
Provisão de compra de energia	-	79
Outros	24	73
	<b>14.406</b>	<b>381</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Weg Equipamentos Elétricos S.A	5.118	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>5.118</b>	<b>-</b>

A Companhia firmou acordo de quitação com a WEG, diluindo o valor devido em parcelas a ser liquidadas em 2018, reclassificando assim parte do valor devido para o passivo não circulante.

**12 Provisões passivas**

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Aerogeradores	443	14.469
Gastos com Meio Ambiente	12	12
Serviços de Engenharia	455	555
	910	15.036

## 13 Ressarcimento Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. Os desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

	31.12.2016	31.12.2015
Faturamento sazonal	11.096	4.442
Geração de energia	<u>(10.264)</u>	<u>(3.977)</u>
<b>Ressarcimento líquido (a)</b>	<b>832</b>	<b>465</b>
(+) Variação do PLD (b)	<u>1.262</u>	<u>-</u>
<b>Ressarcimento bruto (a + b)</b>	<b>2.094</b>	<b>465</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Saldo início do exercício</b>	<b>252</b>	<b>-</b>
Geração reduzida (abaixo de 10%)		252
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (d)	<u>(252)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>252</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Saldo início do exercício</b>	<b>1.764</b>	<b>-</b>
Geração reduzida (acima de 10%)	2.094	1.764
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (d)	<u>(2.168)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.690</b>	<b>1.764</b>

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita  
 (b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.  
 (c) Montante descontado no faturamento de 2016 referente ressarcimento de curto prazo do ano anterior.  
 (d) Ajuste do ressarcimento de 2015 conforme PLD quadrienal atualizado.

## 14 Partes relacionadas

Parte relacionada	Natureza	31.12.2016	31.12.2015
Livramento Holding S.A	Despesas a reembolsar	2.642	589
Livramento Holding S.A	AFAC	<u>171</u>	<u>133.179</u>
Total passivo		<u><u>2.813</u></u>	<u><u>133.768</u></u>

## 15 Patrimônio Líquido

### a. Capital Social

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A	177.006	100%	42.741	100%
	<u>177.006</u>	<u>100%</u>	<u>42.741</u>	<u>100%</u>

Em 31 de dezembro de 2016 o Capital Social da Companhia é de R\$ 177.006 (R\$ 42.741 em 31 de dezembro de 2015), representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país.

### b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

### c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

## 16 Receita operacional líquida

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Receita Operacional bruta</b>		
Receita de revenda de energia - Contrato CCEAR	11.096	4.442
Receita de revenda de energia – RN 595 (a)	-	4.202
(-) Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(832)	465
Receita de venda de energia – Lastro de potência	480	-
Energia Elétrica de Curto Prazo - Geração Própria	213	1.461
<b>Deduções da receita bruta</b>		
Taxa de fiscalização ANEEL	(85)	-
PIS	(202)	(148)
COFINS	(931)	(683)
	<u>9.739</u>	<u>9.739</u>

(a) A resolução normativa nº 595, de 17 de dezembro de 2013, estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia. Com base nas previsões desta normativa, a Companhia constitui um passivo a ser liquidado no exercício subsequente. Com base nas premissas estabelecidas por tal resolução, a Companhia provisionou as obrigações geradas em decorrência da postergação da entrada em operação das usinas.

## 17 Custos de operação

	31.12.2016	31.12.2015
Serviços de terceiros	(1.378)	(477)
Pessoal e administradores	(447)	-
Compra de energia elétrica para revenda	(175)	(17.163)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(1.262)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – TUSD	(1.201)	(1.073)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	2.420	-
Depreciação	(6.494)	(2.165)
Outros	(488)	(158)
	<u>(9.025)</u>	<u>(21.036)</u>

## 18 Serviços de Terceiros - Despesas Operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Serviços Administrativos, Contábeis e Financeiros	(463)	(100)
Serviços de auditoria	(122)	(52)
Assessoria Jurídica	-	(66)
Serviços Advocáticos	(141)	(88)
Serviços de informática	(17)	-
Telefonia	(15)	-
Telefone e internet	(3)	-
Assessoria de Energia Elétrica	-	(72)
Serviço de custódia	(4)	-
Serviço de assessoria	(90)	-
Transporte (taxi/moto-boy)	(3)	-
Publicações legais	(54)	-
Correios e malotes	(10)	-
Despesas com cartório	(44)	-
Outros	(96)	(52)
	<u>(1.062)</u>	<u>(430)</u>

## 19 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de aplicação financeira	<u>249</u>	<u>169</u>
<b>Receitas financeiras</b>	<u>249</u>	<u>169</u>
Multa s/ financiamento BNDES	-	(88)
Despesas bancárias	(34)	(7)
Encargos s/ Empréstimo BNDES	(4.393)	(1.779)
Juros e multas de mora	(79)	(20)
Juros e multas contratuais	(7.990)	-
Outras despesas financeiras	<u>(222)</u>	<u>(112)</u>
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(12.718)</u>	<u>(2.006)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>	<u>(12.469)</u>	<u>(1.837)</u>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

A Companhia acumula prejuízos fiscais, no montante de R\$ 73.025 que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente, e portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar tais créditos em curto período de tempo.

## 21 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

### Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

### (i) Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	631	-	493	-
Contas a receber de clientes	1.895	-	1.542	-
<b>Passivos financeiros</b>				
Contas a pagar de fornecedores	-	19.524	-	381
Empréstimos e financiamentos	-	44.935	-	47.573
Partes Relacionadas - Despesas a reembolsar	-	2.642	-	589
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	171	-	133.179

### (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições

contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

**(iii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes***

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2016 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2016. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

		Taxa	Cenário	Cenário
Moedas e índices		2017	possível $\Delta$ 25%	remoto $\Delta$ 50%
CDI		9,38%	11,73	14,07
TJLP		7,40%	9,25	11,10

  

	Saldo em 31.12.2016	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
<b>Ativo</b>				
Fundos vinculados	2.156	CDI	253	303

  

	Saldo em 31.12.2016	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	44.935	TJLP	5.271	6.322

**(iv) *Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 10.

(v) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

## **22 Contratos de longo prazo**

### **Venda de energia (CCEAR)**

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Ibirapuitã comercializaram, no Leilão A-3 de 2011, um total de 3,3 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) de março de 2014 até fevereiro de 2034, a um preço médio de R\$ 98,00, com data base em Agosto 2011.

## **23 Contingências**

Em 2015 e 2016, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da companhia como de risco remoto de materialização.

### **a. Impactos da REN nº 719/2016 (alteração da REN nº 595/2013)**

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN nº 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN nº 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o

atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 1.470 para a Companhia.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 2016.

## **24 Informações complementares ao fluxo de caixa**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Juros capitalizados (a)	-	2.282
Adições ao imobilizado (b)	-	4
Provisões passivas (c)	14.126	-
Integralização de capital (d)	134.265	-

- (a) Efeito não caixa decorrente de imobilização de juros.
- (b) Efeito não caixa decorrente das adições de imobilizado não liquidadas.
- (c) Efeito não caixa decorrente da emissão de notas dos fornecedores.
- (d) Efeito não caixa decorrente da integralização de capital através de AFAC.

## **25 Eventos subsequentes**

No dia 24 de março de 2017, a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D - (CCEE A"0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre. No dia 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCS D em que a Companhia foi contemplada com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A3 de 17 de agosto de 2011.

O objetivo da empresa ao participar do mecanismo é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos. Dessa forma, a Companhia negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços expressivamente superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Adicionalmente, de acordo com a energia gerada pelos Parques, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês até dezembro de 2017.